



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35
www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 19/2024 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, DE JUSTIÇA E DE REDAÇÃO COMISSÃO DE GESTÃO PÚBLICA COMISSÃO DE FINANÇAS, CONTAS, PATRIMÔNIO E ORÇAMENTO

I - RELATÓRIO

De autoria do Prefeito Municipal, o Projeto de Lei nº 19/2024, "*Dispõe sobre a ratificação do protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura dos Municípios do Noroeste de Minas – CINF-AMNOR e dá outras providências*".

Publicada, a proposição foi distribuída a essas Comissões, para análise e parecer único, de forma conjunta, nos termos do art. 191 do Regimento Interno, tendo em vista tramitar em Regime de Urgência.

É, sucintamente, o relatório.

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG	
Protocolo no livro próprio às folhas	
58	Sob o nº 280/2024
às 16:10	Horas
Bonf. de Minas - MG 29/10/24	
Servidor Responsável	

II - FUNDAMENTAÇÃO

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, conforme disposto no artigo 30, I, da Constituição Federal, bem como o disposto na Lei Orgânica Municipal, no artigo 19 e inciso XIX, senão vejamos:

Art. 19. *Ao Município de Bonfinópolis de Minas compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições:*

...
XLVIII - *cooperar com a União, o Estado e Municípios circunvizinhos, ou consórcio previamente regulamentado, na execução de serviços e obras de interesse para o desenvolvimento local;*

Como se sabe, os consórcios públicos são espécie de autarquias intermunicipais, motivo pelo qual também não vislumbro óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matéria de tal natureza é de iniciativa do Prefeito Municipal, nos termos da alínea "c", inciso II, art. 61 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 61. *São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:*

...
II – do Prefeito:

c) criação, estruturação e atribuições da Procuradoria, Controladoria, Ouvidoria e das Secretarias Municipais e das

Publicado no quadro de avisos da Câmara em
29/10/2024 às 17:44 horas,
e registro em livro próprio às folhas 56
Sob o nº 243/24

Servidor Responsável



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35
www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

demais unidades administrativas;

No plano infraconstitucional, os consórcios públicos encontra-se previstos na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, regulamentada pela Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Referida lei federal estabelece as diretrizes para a constituição e manutenção dos consórcios públicos, estabelecendo em seu art. 5º, que *"O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções"*.

Assim, para constituição de consórcios públicos, os poderes executivos firmam o protocolo de intenções, que deve ser, posteriormente ratificado por lei.

Nesse sentido, a presente proposição tem por objetivo ratificar o protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura dos Municípios do Noroeste de Minas, denominado pela sigla CINF-AMNOR.

Como anexo ao projeto de lei, vem o "Protocolo de Intenções", onde consta em sua cláusula 2º, os municípios subscritores do protocolo de criação do consórcio, em um total de 21 (vinte e um) municípios.

O consórcio terá sede na cidade de Paracatu-MG, tendo por objetivo principal *"estabelecer relações de cooperações federativa, mediante a realização de objetivos de interesse comum entre os municípios consorciados, dentre eles, a gestão associada de serviços públicos, a promoção de licitações compartilhadas e, se for o caso, a celebração de contratos de concessão e parcerias público-privadas, para impulsionar o desenvolvimento regional e sustentável dos entes consorciados que o integram"*.

Destaco na oportunidade que, buscando maiores esclarecimentos sobre o consórcio ora em criação, foi realizada diligência ao Prefeito, que em resposta apresentou o Ofício nº 246/2024, de 23 de outubro de 2024, constando que *"o rateio do consórcio será dividido a partir do percentual já destinado à AMNOR. No entanto, o percentual definitivo ainda será aprovado na assembléia inaugural, prevista para o dia 07 de novembro de 2024"*.

Esclareceu ainda que *"o consórcio CINF-AMNOR não entra em conflito de interesses com o consórcio CONVALES. O CINF continuará prestando os serviços técnicos anteriormente realizados pela AMNOR, com foco exclusivo no desenvolvimento e na prestação de serviços públicos relacionados a obra e infraestrutura"*.

Destarte, nesse sentido, não vejo óbice à aprovação da matéria.



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35
www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

III – CONCLUSÃO:

ANTE O EXPOSTO, opino pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 19/2024, por estarem presentes os aspectos constitucionais e legais e no mérito pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2024.

Vereador **ZÉ LÚCIO**
Relator

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS
DE MINAS - MG
SECRETARIA DAS COMISSÕES
DESPACHO
Aprovado (x) Rejeitado () o voto do relator
em único turno por (8) votos favoráveis ()
votos contrários e () abstenções.
Sala de Comissões 29 / 10 / 24

PRESIDENTE DA COMISSÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS
DE MINAS - MG
SECRETARIA DAS COMISSÕES
DESPACHO
Dou por concluso nesta comissão
o presente processo legislativo
subam os autos à mesa diretora.
Sala das Comissões 29 / 10 / 20 24

PRESIDENTE DA COMISSÃO